DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE TORRINHA

Conforme Lei Municipal nº 1.870, de 21 de maio de 2021

www.torrinha.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/torrinha

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Legislativos 2
Parecer 2
Licitações e Contratos 12
Contratos - Convocação 12
Outros atos 13
Aviso de Licitação 17
Extrato 18
Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal 19
Relatório Resumido da Execução Orçamentária 19

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Torrinha, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Torrinha poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.torrinha.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/torrinha
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Torrinha
CNPJ 46.364.220/0001-03
Rua José Antunes, 900
Telefone: (14) 3656-9600
Site: www.torrinha.sp.gov.br/
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/torrinha

Câmara Municipal de Torrinha
CNPJ 51.496.974/0001-49
Rua Angelo Bortolai, 353
Telefone: (14) 3656-1313 | (14) 3656-3366
Site: www.camaratorrinha.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Torrinha garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.torrinha.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/torrinha

Prefeitura Municipal de Torrinha

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.364.220/0001-03

Procuradoria Jurídica

PARECER JURÍDICO

Processo: 2699/2025 (Contrato Administrativo n° 59/2022)
Parecer Jurídico[1]
Requerente: Gabinete do Executivo Municipal
Assunto: Processo Administrativo Sancionatório

I - RELATÓRIO:-

Retornam a esta Procuradoria Jurídica o processo administrativo sancionatório, referente ao Contrato Administrativo n° 59/2022, que trata sobre a apuração de possível inadimplemento de obrigação contratual, praticado pela empresa **CEDRO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA** (nova denominação social de **IPÊ AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA**).

O processo administrativo em comento, teve por origem os fatos articulados no ofício emitido pelo Chefe do Executivo, datado de 15 de abril de 2025, e, encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, a qual, após ciência do seu teor e documentos que o instruíram, opinou pela instauração de processo administrativo sancionatório.

Em acatamento ao parecer jurídico anteriormente citado, o Chefe do Executivo Municipal, por intermédio da Portaria Municipal n° 164, de 25

[1] A Procuradoria Jurídica do Município de Torrinha é instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Municipal, responsável pela advocacia do Município da Administração direta e pela assessoria e consultoria jurídica do Executivo, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público (art. 77 da LOM). O exercício das funções de consultoria e assessoria jurídica do Executivo e da Administração em geral, se perfaz através da emissão de pareceres escritos e verbais, bom como de opiniões fundamentadas objetivando a tomada de decisões pelo Chefe do Executivo Municipal (art. 78 da LOM). Trata-se de órgão público que, embora não detenha competência decisória, orienta juridicamente o gestor público, sem caráter vinculante. Os pareceres jurídicos são atos resultantes do exercício da função consultiva desta Procuradoria Jurídica, e segundo Hely Lopes Meirelles na obra Direito Administrativo Brasileiro, 41ª ed., Malheiros Editores: São Paulo, 2015, p. 204, "O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva". Desse modo, a função consultiva desempenhada por esta ***não é vinculante***, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convicções em discordância com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: pjcoordenadoria@torrinha.sp.gov.br

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836

Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:37:54 -03'00'

de abril de 2025, determinou a instauração de Processo Administrativo, nomeou os membros da comissão processante.

Em 13 de maio de 2025, os membros da Comissão Processante, se reuniram e deram início aos trabalhos, com a seguinte ordem do dia: a) Leitura do requerimento de abertura e instrumentos que o instruíram; b) Leitura do Parecer Jurídico; c) Deliberação sobre a notificação/intimação da empresa e seu representante legal para fins de apresentação defesa prévia. Segunda a ata de reunião, após ampla discussão deliberaram por unanimidade, os membros da Comissão, que o encaminhamento das notificações/intimações seriam via e-mail, correspondência com A.R.; e, publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em Jornal Diário de Grande Circulação. Deliberou também a Comissão, que seriam notificadas a empresa **CEDRO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA** e também a sua única sócia, a senhora **SONIA D'ARC CUSTÓDIO.**

Por sua vez, os membros da Comissão reuniram-se novamente em 27 de junho de 2025, para tratarem da seguinte ordem do dia: a) comprovação do recebimento das notificações/intimações; b) apresentação de defesa prévia; c) vencimento do prazo de vigência contratual; e, d) prosseguimento do processo sancionatório. E, finalizado os trabalhos, deliberaram o seguinte:

"Em relação as notificações/intimações da empresa e sua representante legal, constataram os membros que não há nos autos, o comprovante de postagem e recebimento (A.R.) relativo a notificação da empresa CEDRO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA (nova denominação social de IPÊ AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA). Diante desse fato, deliberou a comissão em realizar diligências para verificação se ocorreu a postagem da notificação/intimação, e, em caso positivo, deverá ser anexado aos autos os respectivos comprovantes. Passando para a segunda ordem do dia, a Comissão, verificou que consta dos autos do processo sancionatório que foi encaminhado ao Chefe do Executivo Municipal, por e-mail, uma Contra Notificação supostamente emitida pela empresa "IPÊ ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA, datada de 03 de junho de 2025, sem identificação do representante legal e sem assinatura, sendo certo que a aludida documentação foi anexada ao presente processo. Consta também dos autos, que foi anexado ao aludido e-mail, uma minuta de Ata de Reunião (sem assinatura das pessoas nela identificadas), e, ainda, a cópia de uma Notificação Extrajudicial, datada de 21 de março de 2025, subscrita pela Dra. Marcilene Ferreira Franco (OAB/SP n° 96.037) e pelas testemunhas Leonardo de Almeida Silva e João Victor S. C. Zanirato. Passando para a análise da aludida documentação, deliberou a Comissão, quanto a Contra Notificação e ata de reunião nela anexada, que se trata de documento apócrifo, sem eficácia e validade jurídica, posto que a contra notificação não está assinada pelo representante legal ou procurador da empresa IPÊ AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA. Em relação a minuta da ata

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:38:19 -03'00'

de reunião, adotou a Comissão o mesmo posicionamento, e, considerou-o apócrifo e sem validade jurídica, por ausência de assinaturas das pessoas nela indicadas. E, em relação a Notificação Extrajudicial datada de 21 de março de 2025, não emerge dela qualquer valor jurídico, sendo também ineficaz e invalida, devido à ausência de comprovação que a Dra. Marcilene Ferreira Franco (OAB/SP n° 96.037) é procuradora da empresa IPÊ AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA, uma vez que não foi exibido o instrumento de procuração. Sobre a matéria da ordem do dia relativa ao prazo de vigência contratual (Contrato Administrativo n° 59/2022), constatou a Comissão que o mesmo findar-se-á na data de hoje (dia 27 de junho de 2025), conforme cláusula primeira do Terceiro Termo de Aditamento Contratual, celebrado em 26 de junho de 2024, e, também apurou a comissão que não foi formalizado pedido de prorrogação do prazo de duração contratual por parte da empresa IPÊ AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA (atualmente CEDRO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA). Diante dessa situação, e, considerando a dúvida sobre a possibilidade do prosseguimento do processo sancionatório, por conta do vencimento do prazo de vigência contratual, deliberou a Comissão por unanimidade de seus membros, solicitar a Procuradoria Jurídica do Município, a emissão de parecer para o fim de orientar qual o caminho a ser seguido".

É o sintético relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Por ser oportuno, primeiramente, cabe destacar que o presente parecer, será sob a égide da Lei n° 8.666/93, posto que segundo consta do preâmbulo do edital da Tomada de Preços n° 13/2022, o certame foi regido pelo antigo estatuto das licitações (Lei n° 8.666/93), mediante aplicação do artigo 191 da Lei n° 14.113, de 1° de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Salienta-se também, que compete a esta Procuradoria Jurídica, prestar assessoria e consultoria, sob o prisma estritamente da legislação vigente e pertinente, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e a oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do ordenador de despesas, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa, orçamentária e/ou financeira.

SEÇÃO 1 – DA EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.

Destarte, o contrato administrativo não se confunde com contratos em geral. Enquanto o primeiro vem a ser o ajuste que a Administração

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:38:33 -03'00'

Pública, agindo nessa qualidade, firma com o particular, para a consecução de objetivos de interesse público, o segundo é o acordo consolidado para atender a vontade de ambas as partes, em igualdade de condições, firmado livremente, criando direitos e obrigações recíprocos.

Essencialmente, a pedra de toque que diferencia o contrato administrativo dos demais é a presença das chamadas cláusulas exorbitantes, justificadas pelo Poder de Império que o Estado assume na defesa do interesse coletivo.

São elas, consubstanciadas nos seguintes elementos: exigência de garantia, poder de alteração unilateral do contrato, possibilidade de rescisão unilateral do pacto, manutenção do equilíbrio financeiro do contrato, poder de fiscalização, acompanhamento e ocupação temporária, restrições ao uso da cláusula *exceptio non adimpleti contractus (*exceção do contrato não cumprido)*,* aplicação direta de penalidades contratuais (multa de mora, advertência, multa por inexecução, suspensão e declaração de inidoneidade).

Nos contratos onerosos regidos pelo direito privado, permite-se aos contratantes suspender a execução do que lhe cabe no contrato enquanto o outro não adimplir a sua parte, ou seja, é possível a oposição da chamada exceção do contrato não cumprido. Já nos contratos administrativos, tal cláusula é aplicada de forma muito restrita. Assim, não é lícito ao particular, em regra, interromper a execução da obra ou do serviço contratado, ainda que a Administração permaneça sem contraprestacionar o serviço. Com isso, rendem-se homenagens ao princípio da continuidade do serviço público, corolário da supremacia do interesse público.

As exceções que permitem o uso da cláusula de exceção do contrato não cumprido são regidas pela Lei n° 8.666/1993, que previu a possibilidade da relativa ou temporária inoponibilidade da exceção ao contrato não cumprido**,** prevista no art. 78, incisos XIV e XV, Seção V, Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Outrossim, passando para análise do prazo de vigência do contrato administrativo em comento (Contrato Administrativo n° 59/2022), segundo a cláusula 20ª, a vigência do ajuste será por 12 (doze) meses, com início a partir de sua subscrição.

O contrato administrativo foi celebrado em assinado em 27 de junho de 2022, sendo certo que em 19 de junho de 2023, por intermédio do primeiro aditamento contratual, o tempo de duração contratual foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, com previsão de termino em 27 de junho de 2024. Por conta, da celebração do terceiro termo de aditamento contratual, em 26 de junho de 2024,

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:38:48 -03'00'

novamente o prazo de vigência contratual, foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, com sua finalização prevista para o dia 27 de junho de 2025.

Outrossim, este Procurador Jurídico, analisou detidamente todas as peças processuais do processo licitatório (Tomada de Preços n° 13/2022 – Processo Administrativo n° 522/2022), subsequentes a formalização do contrato administrativo, e, não localizou qualquer manifestação do gestor do contrato no corrente exercício financeiro (2025), e, nem tão pouco da empresa contratada, sobre a eventual prorrogação de vigência do tempo contratual.

Sobre a prorrogação dos contratos administrativos, determina o art. 57, *caput* e § 2º, da Lei nº 8.666/93, vigente à época dos fatos, que:

> ***Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:***
> ***(...)***
> ***§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.***

Já o art. 59 do mesmo diploma legal dispõe que:

> ***Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.***
>
> ***Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.***

Ademais é cláusula obrigatória nos contratos administrativos a que indique o prazo de vigência do ajuste: ***"São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: (...) IV- os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso"*** (art. 55 da Lei 8.666/1993).

A duração dos contratos regidos pela Lei n° 8.666/1993 ***ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários***, conforme art.57 da Lei 8.666/1993 e não são de renovação automática.

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: pjcoordenadoria@torrinha.sp.gov.br

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:39:02 -03'00'

As exceções à regra de não prorrogação (vigência máxima de 12 – doze – meses) estão citadas nos incisos do supracitado art. 57. Nos interessa o previsto para prestação de serviços a serem executados de forma contínua, ***"que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses".***

O que se observa quando da leitura do texto normativo é que há discricionariedade na prorrogação de contrato com o Poder Público: é preciso observar se a prorrogação traduz vantagem econômica para a administração pública e adequação ao interesse público.

O contrato administrativo se encerra no prazo nele definido, salvo a realização de ajuste, para prorrogação contratual, se atendidas as exigências legais, para tanto e se presente o interesse público na permanência do contrato. A discricionariedade da prorrogação é uma das marcas mais acentuadas do contrato administrativo.

Tratando-se de contrato administrativo, tem-se que, após o término do prazo estabelecido, ocorre, como regra, a extinção natural do pacto, não havendo, assim, vinculação ou obrigação do Poder Público em manter a contratação.

Portanto, o Contrato Administrativo n° 59/2022, celebrado com a empresa **IPÊ ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA** (atualmente **CEDRO ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA),** encerrou a sua vigência em ***27 de junho de 2025.*** Mas a extinção do contrato, em decorrência do término de sua vigência, não afasta a responsabilidade da contratada por eventual inadimplemento contratual. Vejamos:

SEÇÃO 2 – DA POSSÍVEL APLICAÇÃO DE PENALIDADE APÓS O TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.

O art. 66 da Lei n° 8.666/93, refletiu o princípio do ***pacta sunt servanda***, dispondo que o ***"contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial."***

Sobre este princípio, **SILVIO DE SALVO VENOSA** ensina que ***"um contrato válido e eficaz deve ser cumprido pelas partes:*** **pacta sunt servanda*****. O acordo de vontades faz lei entre as partes. Essa obrigatoriedade forma a base do direito contratual. O ordenamento deve conferir à parte instrumentos judiciários para obrigar o contratante a cumprir o contrato ou a***

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:39:17 -03'00'

indenizar pelas perdas e danos. Não tivesse o contrato força obrigatória e estaria estabelecido o caos".

Além disso, o art. 69 da revogada Lei n° 8.666/93, atribuiu ao contratado a obrigação de "***reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados".***

Desses dispositivos é possível perceber que o alcance do termo final do contrato ***não constitui motivo para afastar a responsabilidade do contratado em decorrência de falhas na execução do contrato ou inadimplemento de obrigações contratuais***.

Aliás, a possibilidade de responsabilização do particular encontra respaldo, também, no princípio da boa-fé objetiva. É que tal princípio manifesta-se impondo a adoção de um padrão de comportamento externo adequado e condizente com aquele pertinente ao homem probo, honesto e leal, refletindo e influenciando todo o processo obrigacional. Veja-se a visão do STJ: ***"Deveras, o princípio da confiança decorre da cláusula geral de boa-fé objetiva, dever geral de lealdade e confiança recíproca entre as partes, sendo certo que o ordenamento jurídico prevê, implicitamente, deveres de conduta a serem obrigatoriamente observados por ambas as partes da relação obrigacional, os quais se traduzem na ordem genérica de cooperação, proteção e informação mútuos, tutelando-se a dignidade do devedor e o crédito do titular ativo, sem prejuízo da solidariedade que deve existir entre ambos".***

Portanto, constatando-se falha na execução do contrato ou inadimplemento de obrigações, ainda que após o fim de sua vigência, não há vedação para aplicação de penalidade. Pelo contrário. **LUCAS ROCHA FURTADO** afirma que: ***"cumpre observar que mesmo após a extinção do contrato em decorrência do cumprimento integral das obrigações por ambas as partes, se se verificar algum vício ou defeito no objeto executado, o contratado é obrigado a responder. Ou seja, mesmo após a extinção do contrato, o contratado continua responsável pelo que foi executado***".

Quanto às sanções aplicáveis, tudo dependerá do caso concreto. Além da multa (se prevista para a conduta), é possível aplicar as de natureza administrativa (suspensiva/impeditiva do direito de licitar e contratar/ declaração de inidoneidade).

Apenas a sanção de advertência é que não faz sentido de ser aplicada após o fim da vigência contratual. Afinal, até por decorrer do poder

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:39:36 -03'00'

de fiscalização, a finalidade da advertência é alertar o contratado sobre falhas cometidas durante a execução do contrato.

Deste modo, **é possível aplicar sanções administrativas (suspensiva/impeditiva do direito de licitar e contratar/ declaração de inidoneidade) e pecuniárias mesmo após o fim da vigência contratual,** a princípio no prazo prescricional de 5 anos.

Mas lembre-se que, para tanto, deverá a Administração instaurar processo administrativo, em que seja resguardado o exercício do direito ao contraditório e ampla defesa prévios, para avaliar a conduta faltosa do contratado e os danos sofridos, sopesando-se a sanção adequada à situação, sempre baseada nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (dosimetria da pena).

Isto posto, apesar da extinção contratual pelo decurso do prazo de vigência, não há qualquer óbice ao prosseguimento do processo administrativo sancionatório instaurado, visando a eventual aplicação de penalidades a empresa contratada.

SEÇÃO 3 – DA CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 24, XI DA LEI N° 8.666/93.

Acrescenta-se que mesmo tendo ocorrido o esgotamento do prazo de vigência contratual, e, diante da liberação de todos os compromissos assumidos pelos demais proponentes classificados no certame licitatório na modalidade Tomada de Preços n° 13/2022, diante do decurso do prazo de validade de suas propostas comerciais (art. 64, § 3° da Lei n° 8.666/93), recomenda-se a convocação dos demais proponente para manifestarem interesse na execução do remanescente da obra.

A recomendação tem por fundamento o fato que a Lei n° 8.666/93, aponta dois caminhos para a Administração Municipal, cuja escolha, bem sopesadas as circunstâncias, contém teor de discrição menor do que aparenta à primeira vista: ou a Administração convoca os demais licitantes na ordem de sua classificação, ou revoga a licitação. Ambas as decisões, porém, vinculam-se ao preenchimento de requisitos que poderão ser determinantes, por exclusão, de alternativa inescapável, reduzindo a zero o espaço discricionário. Assim:

a) se a Administração optar por convocar os demais licitantes na ordem de classificação, somente poderá contratar com aquele que se dispuser a executar a prestação nas mesmas condições da proposta, inclusive no que respeita a prazos, condições e preços. Ocorre que a distância entre os termos da proposta vencedora e os daquelas classificadas a partir do segundo lugar pode

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:39:52 -03'00'

ser tal que inviabilize a aceitação, pelos demais concorrentes, do contrato nas bases em que seria concertado com o adjudicatário, o que deixa a Administração desarmada à vista do disposto no parágrafo único do artigo 81 (é legítima a recusa desses licitantes a contratar sob condições diversas das que propuseram); logo, a convocação dos demais licitantes pode resultar inócua, não deixando outra saída que a de instaurar-se nova licitação; e,

b) se a Administração optar desde logo pela revogação, somente poderá determina-la na presença de "fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta", segundo exige o artigo 49 da revogada Lei n° 8.666/93, ausente tal fato, a Administração não poderá revogar ao certame antes de convocar os demais licitantes na ordem de sua classificação, posto que a eventual recusa de todos a contratar é que produzirá o fato justificador da revogação.

Em conclusão: à falta de fatos autônomos que atendam às exigências do artigo 49, a Administração terá sempre de convocar os demais classificados, oferecendo-lhes o contrato nas bases da proposta vencedora, e, somente em caso de recusa por todos os convocados é que poderá dar por revogada a licitação, considerando a recusa generalizada como o fato superveniente, pertinente e suficiente para justificar o desfazimento.

Entende-se, pois, nos devidos termos e desenhadas suas limitações a faculdade que o § 2° do artigo 64 atribui à Administração Pública. Revogar sem fato justificador e sem convocar os demais competidores classificados é procedimento ilegal, contaminado por vício de origem, que o artigo 59 da revogada Lei n° 8.666/93, sanciona com a nulidade do contrato que resultasse da segunda licitação, que sequer poderia ser validamente instaurada.

Diante da recusa do adjudicatário a firmar o contrato, a regra geral que se impõe à Administração observar é a de convocar os demais licitantes na ordem de classificação homologada, oferecendo-lhes o contrato nas condições da proposta que venceu o certame.

Quanto à possibilidade de aplicação das disposições do artigo 24, inciso XI Lei n° 8.666/93, diante de sua revogação, a Instrução Normativa n° 79, de 29 de dezembro de 2023, expedida pela Advocacia Geral da União – AGU, orienta que mesmo após à revogação da Lei n° 8.666/93, havendo o devido atendimento aos requisitos legais pode haver contratação do remanescente, com base no aludido dispositivo legal. Vejamos:

> ***"Enunciado: Mesmo após a revogação da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, havendo rescisão do contrato administrativo que tenha sido nela fundamentado, será admitida celebração e contrato de remanescente de obra, serviço ou***

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:40:09 -03'00'

Prefeitura Municipal de Torrinha
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 46.364.220/0001-03
Procuradoria Jurídica

fornecimento com base em seu art. 24, inciso XI, desde que tendidos todos demais requisitos legais aplicáveis a essa espécie de contratação."

IV - CONCLUSÃO:-

Por todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica no exercício de suas funções de consultoria e assessoria jurídica ao Executivo Municipal (art. 78 da Lei Orgânica do Município), ***OPINA pelo prosseguimento do Processo Administrativos Sancionatório,*** devendo para tanto, a Comissão Processante deliberar sobre a produção de provas ou decidir pelo julgamento antecipado.

Recomenda-se expressamente a ***CONVOCAÇÃO*** dos licitantes remanescentes na Tomada de Preços n° 13/2022, na ordem de classificação, para manifestarem o interesse em aceitar a celebração do contrato pelas mesmas condições e preço propostos pelo primeiro classificado, ou recusarem.

Eis o Parecer, salvo melhor juízo, que levamos a apreciação do excelentíssimo senhor Prefeito Municipal.

Ademais, tratando-se de parecer opinativo, ou seja, revestido de caráter técnico-opinativo, não vincula por si só, a formação da convicção do Chefe do Executivo Municipal e sua deliberação sobre o tema abordado.

Torrinha, 15 de julho de 2025.

ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836

Assinado de forma digital por ROBERTO CEZAR MOREIRA:06626304836
Dados: 2025.07.15 15:40:23 -03'00'

Roberto Cezar Moreira
Procurador Jurídico
OAB/SP 93.888
(Portaria n° 202/2022)

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: pjcoordenadoria@torrinha.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA
Departamento Municipal de Compras, Licitações e Convênios
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO 2º (SEGUNDO) COLOCADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de revitalização e reforma da **CASA DA CULTURA PEDRO BUZATO**, localizada na Praça Coronel Bento Lacerda, centro, na cidade de Torrinha – SP, mediante fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, acessórios e infraestrutura necessária à execução dos trabalhos, com recursos financeiros oriundos do **MINISTÉRIO DO TURISMO** (Contrato de Repasse nº 893741/2019/MTUR/CAIXA)

O MUNICÍPIO DE TORRINHA, através do Departamento Municipal de Compras, Licitações e Convênios, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, em conformidade com as disposições do artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93, que **CONVOCA** a empresa **AMON CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO LTDA** (CNPJ/MF nº 08.012.524/0001-04), classificada em 2° lugar no certame, para manifestar-se no ***prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis***, eventual interesse em aceitar a celebração de contrato administrativo para execução do remanescente da obra acima citada, pelas mesmas condições e preço propostos pelo primeiro classificado, ou seja, pelo valor global de ***R$ 258.325,07 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e sete centavos)***, correspondente ao preço da contratação deduzido o valor já executado (R$ 249.289,53), conforme artigo 64, § 2.º da Lei nº 8.666/93. A manifestação deverá ser por escrito, através de requerimento em papel timbrado, assinado pelo representante legal, dirigida ao(a) Diretor(a) do Departamento Municipal de Compras, Licitações e Convênios, e, protocolizada Setor de Protocolo e Expediente, situado na Rua José Antunes, nº 900 – Parque Residencial Piedade, Torrinha – SP, nos dias úteis, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Torrinha, 15 de julho de 2025.

ARIANE MARIA SAMPAIO LOPES CAMPI
Diretora do Departamento Municipal de
Compras, Licitações e Convênios

Prefeitura Municipal de Torrinha

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 46.364.220/0001-03

P O R T A R I A M U N I C I P A L Nº 241/2025

De 25 de junho de 2025.
(Designa servidores das Atas nºs 31/2025, 32/2025 e 33/2025).

ARI RODOLFO BUZATO, Prefeito Municipal de Torrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 104, inciso III da Lei n° 14.133/2021 sobre a fiscalização das atas administrativos.

CONSIDERANDO a necessidade de designação dos servidores, para exercer nos contratos pactuados pela Administração Municipal, a função de gestores das Atas.

E tudo mais considerando.

R E S O L V E:

Artigo 1° - Fica designada a contar desta data, a Senhora **KARINA FERNANDA TURY TEDESCHI BARROS**, matrícula nº 768, residente e domicilia na cidade de Torrinha - SP, para exercer as atribuições de Fiscal das Atas de Registro de Preços n°s 31/2025, 32/2025 E 33/2025 e designada a Senhora **KATIANE PECEGUINI DIAS**, matrícula nº 1289, residente e domiciliada na cidade de Mineiros do Tiete - SP, para exercer as atribuições de Gestor das Atas de Registro de Preços nºs 31/2025, 32/2025 e 33/2025, firmadas com as Empresas **ALFA & OMEGA MEDICAL LTDA, NOVA BRASIL D.I.S.T COMERCIAL LTDA E IPERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, em virtude da realização do Pregão Eletrônico nº 24/2025, o qual versa sobre **o Registro de preços para aquisição e fornecimento de medicamentos biológicos, éticos, específicos, genéricos e similares, constantes da tabela CMED/ANVISA (CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS), para uso nas unidades de saúde do município, distribuições gratuitas pelo Departamento Municipal de Saúde e atendimento de ordens judiciais.**

Artigo 2º - O Fiscal e Gestor da ata será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução,

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: licitacao@torrinha.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Torrinha

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 46.364.220/0001-03

procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias para o fiel cumprimento das condições contratuais estabelecidas e aceitas pela contratada.

Artigo 3º - Ficará a cargo do Fiscal da Ata, o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, mediante expedição de atestado, consoante disposto no artigo 140, I, alíneas "a" e "B" da Lei nº 14.133/2021.

Artigo 4º - O servidor designado não fará jus à percepção de qualquer remuneração pela gestão do contrato.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA

ARI RODOLFO BUZATO
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município, na data supra.

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: licitacao@torrinha.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Torrinha

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 46.364.220/0001-03

P O R T A R I A M U N I C I P A L Nº 267/2025
De 11 de julho de 2025.
(Designa servidores da Inexigibilidade nº 74/2025)

ARI RODOLFO BUZATO, Prefeito Municipal de Torrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 104, inciso III da Lei n° 14.133/2021 sobre a fiscalização das atas administrativos.

CONSIDERANDO a necessidade de designação dos servidores, para exercer nos contratos pactuados pela Administração Municipal, a função de gestores das Atas.

E tudo mais considerando.

R E S O L V E:

Artigo 1° - Fica designado a contar desta data, o Senhor **PAULINO SERGIO BISSOLI**, matrícula nº 692, residente e domiciliado nesta cidade de Torrinha, para exercer as atribuições de Fiscal da Inexigibilidade n° 74/2025 e designado o Senhor **CARLOS GUSTAVO DOS SANTOS** portador a matrícula nº 1110, residente e domiciliado na cidade de Brotas, para exercer as atribuições de Gestor da Inexigibilidade n° 74/2025, firmado com a Empresa **AUTO POSTO DA PEDRA DE TORRINHA LTDA**, em virtude da realização do **CREDENCIAMENTO,** a fim de **CONTRATAÇÃO EM MERCADO FLUÍDO** (art. 79, inciso III da Lei n° 14.133/2021), de aquisição e fornecimento de combustíveis (etanol, gasolina, óleo diesel S500 e S10) para a Frota da Municipalidade ou cedidos ao Município, com fornecimento parcelado (diário), objeto do credenciamento realizado através do **Edital de Credenciamento n° 16/2025.**

Artigo 2º - O Fiscal e Gestor do Contrato será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias para o fiel cumprimento das condições contratuais estabelecidas e aceitas pela contratada.

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: licitacao@torrinha.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Torrinha

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 46.364.220/0001-03

Artigo 3º - Ficará a cargo do Fiscal do Contrato, o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, mediante expedição de atestado, consoante disposto no artigo 140, I, alíneas "a" e "B" da Lei nº 14.133/2021.

Artigo 4º - O servidor designado não fará jus à percepção de qualquer remuneração pela gestão do contrato.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

Torrinha, 11 de julho de 2025

ARI RODOLFO BUZATO
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município, na data supra.

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: licitacao@torrinha.sp.gov.br

Prefeitura Municipal de Torrinha
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 46.364.220/0001-03

https://www.torrinha.sp.gov.br **Setor de Licitações**

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
DISPENSA ELETRÔNICA N° 31/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2025

Objeto			
Aquisição de equipamentos como **MARTELETE ROMPEDOR E COMPRESSOR DE AR 40 PÉS**, para utilização em serviços e manutenções urbanos e rurais, devido a demanda que exigem intervenções em calçadas, ruas, guias, entre outras estruturas, bem como, realização de limpeza nos veículos, da frota municipal.			
Valor Estimado			
R$ 26.196,17 (Vinte e seis mil, cento e noventa e seis reais e dezessete centavos).			
Registro de Preços	**Vistoria Técnica**	**Garantia de Execução**	**Tipo/Critério de Julgamento**
Não	Não	Não	MENOR PREÇO POR ITEM
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos: Ato constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil)		Requisitos Específicos: Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista Habilitação Econômico-Financeira	
Exclusiva ME/EPP?	**Reserv. Cota ME/EPP?**	**Exige Amostra/Dem.?**	**Com dedicação exclusiva de mão de obra?**
Sim	Não	Não	Não
Regime de Execução		**Instrumento Contratual**	
Não se aplica.		Carta-Contrato	

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS				**PERÍODO DOS LANCES ELETRÔNICOS**		
INÍCIO RECEBIMENTO		**FIM RECEBIMENTO**		**INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES/DISPUTA**		**DURAÇÃO**
Data	**Horário**	**Data**	**Horário**	**Data**	**Horário**	
15/07/2025	18:00h	21/07/2025	08:00h	21/07/2025	09:00h	04 (quatro) horas de disputa
Link da Plataforma Eletrônica						

Rua Jose Antunes, 900 – Parque Residencial Piedade – CEP: 17360-000 – Torrinha/SP
Fone: 14 3656 9600
E-mail: licitacao@torrinha.sp.gov.br

Extrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE 74/2025
PROCESSO Nº 176/2025
OBJETO: **CREDENCIAMENTO,** a fim de **CONTRATAÇÃO EM MERCADO FLUÍDO** (art. 79, inciso III da Lei n° 14.133/2021), de aquisição e fornecimento de combustíveis (etanol, gasolina, óleo diesel S500 e S10) para a Frota da Municipalidade ou cedidos ao Município, com fornecimento parcelado (diário)**.**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TORRINHA
DETENTOR DO TERMO: **AUTO POSTO DA PEDRA DE TORRINHA LTDA**
ASSINATURA: 14/07/2025

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE TORRINHA

Conforme Lei Municipal nº 1.870, de 21 de maio de 2021

Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Governo do Municipio de Torrinha

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

Balanço Orçamentário

LRF, art. 52, alineas "a" e "b" do inciso I e II , alíneas "a" e "b" do inciso II Periodo: 3º Bimestre / 2025 Município: TORRINHA

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Previstas até o Bimestre	Realizadas até o Bimestre	Saldo a Realizar
RECEITAS CORRENTES	**70.092.752,39**	**70.711.270,76**	**35.664.908,43**	**31.889.174,35**	**38.822.096,41**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHOR	10.286.000,00	10.286.000,00	5.143.002,00	4.734.261,18	5.551.738,82
CONTRIBUIÇÕES	960.000,00	960.000,00	480.000,00	362.444,63	597.555,37
RECEITA PATRIMONIAL	787.235,34	787.235,34	393.618,00	363.865,26	423.370,08
RECEITA DE SERVIÇOS	129.300,00	129.300,00	64.656,00	37.322,00	91.978,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.764.217,05	58.382.735,42	29.500.634,43	26.358.556,08	32.024.179,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	166.000,00	166.000,00	82.998,00	32.725,20	133.274,80
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**880.000,00**	**880.000,00**	**0,00**	**880.000,00**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	880.000,00	880.000,00	0,00	880.000,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**8.216.000,00**	**8.216.000,00**	**4.108.002,00**	**3.969.119,77**	**4.246.880,23**
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	**61.876.752,39**	**63.375.270,76**	**32.436.906,43**	**27.920.054,58**	**35.455.216,18**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	**61.876.752,39**	**63.375.270,76**	**32.436.906,43**	**27.920.054,58**	**35.455.216,18**
DÉFICIT (IV)				**0,00**	
TOTAL (V) = (III + IV)	**61.876.752,39**	**63.375.270,76**	**32.436.906,43**	**27.920.054,58**	**35.455.216,18**

DESPESAS	Dotação Inicial	Créditos Adic./Anul.	Dotação Atualizada	Empenhado até o Bimestre	Liquidado até o Bimestre	Pago até o Bimestre	Saldo a Empenhar	Saldo a Liquidar	Saldo a Pagar
DESPESAS CORRENTES	**58.600.324,84**	**2.806.113,81**	**61.406.438,65**	**37.776.540,18**	**24.617.641,45**	**23.781.816,33**	**23.629.898,47**	**13.158.898,73**	**835.825,12**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.860.557,31	-73.520,00	23.787.037,31	11.454.855,04	11.227.837,34	10.899.465,44	12.332.182,27	227.017,70	328.371,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	216.000,00	0,00	216.000,00	216.000,00	131.486,50	131.486,50	0,00	84.513,50	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.523.767,53	2.879.633,81	37.403.401,34	26.105.685,14	13.258.317,61	12.750.864,39	11.297.716,20	12.847.367,53	507.453,22
DESPESAS DE CAPITAL	**3.176.427,55**	**-1.111.300,00**	**2.065.127,55**	**107.235,00**	**36.407,22**	**12.557,22**	**1.957.892,55**	**70.827,78**	**23.850,00**
INVESTIMENTOS	3.176.427,55	-1.191.300,00	1.985.127,55	27.235,00	25.435,00	1.585,00	1.957.892,55	1.800,00	23.850,00
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	10.972,22	10.972,22	0,00	69.027,78	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII)	**61.876.752,39**	**1.694.813,81**	**63.571.566,20**	**37.883.775,18**	**24.654.048,67**	**23.794.373,55**	**25.587.791,02**	**13.229.726,51**	**859.675,12**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTOS(I	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (X) = (VIII + IX)	**61.876.752,39**	**1.694.813,81**	**63.571.566,20**	**37.883.775,18**	**24.654.048,67**	**23.794.373,55**	**25.587.791,02**	**13.229.726,51**	**859.675,12**
SUPERÁVIT (XI)					**3.266.005,91**				
TOTAL (XII) = (X + XI)	**61.876.752,39**	**1.694.813,81**	**63.571.566,20**	**37.883.775,18**	**27.920.054,58**	**23.794.373,55**	**25.587.791,02**	**13.229.726,51**	**859.675,12**

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE TORRINHA

Conforme Lei Municipal nº 1.870, de 21 de maio de 2021

Terça-feira, 15 de julho de 2025 | **Ano V | Edição nº 961** | **Página 20 de 28**

Governo do Municipio de Torrinha

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função e Subfunção

LRF, ART. 52, INCISO II, ALÍNEA "C"

Período: 3º Bimestre / 2025 — Município: TORRINHA

Função SubFunção	Dotação Inicial	Créditos Adic./Anulações	Dotação Atualizada	Empenhadas até o Bimestre	Saldo a Empenhar	Liquidadas até o Bimestre	Saldo a Liquidar
01 - Legislativa	**1.200.000,00**	**0,00**	**1.200.000,00**	**417.471,02**	**782.528,98**	**306.126,55**	**111.344,47**
031 - Ação Legislativa	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	417.471,02	782.528,98	306.126,55	111.344,47
03 - Essencial à Judiciária	**1.483.916,00**	**-5.000,00**	**1.478.916,00**	**1.147.060,70**	**331.855,30**	**856.982,71**	**290.077,99**
091 - Defesa da Ordem Jurídica	1.473.916,00	5.000,00	1.478.916,00	1.147.060,70	331.855,30	856.982,71	290.077,99
695 - Turismo	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 - Administração	**12.837.406,02**	**-81.936,43**	**12.755.469,59**	**6.124.459,18**	**6.631.010,41**	**4.446.366,85**	**1.678.092,33**
121 - Planejamento e Orçamento	545.925,00	0,00	545.925,00	275.124,97	270.800,03	226.685,34	48.439,63
122 - Administração Geral	10.700.373,02	-41.936,43	10.658.436,59	5.366.373,63	5.292.062,96	3.854.076,37	1.512.297,26
124 - Controle Interno	101.350,00	0,00	101.350,00	35.745,44	65.604,56	30.171,50	5.573,94
126 - Tecnologia da Informação	79.350,00	0,00	79.350,00	34.019,10	45.330,90	28.465,16	5.553,94
129 - Administração de Receitas	484.998,00	0,00	484.998,00	238.875,35	246.122,65	214.896,96	23.978,39
812 - Desporto Comunitário	925.410,00	-40.000,00	885.410,00	174.320,69	711.089,31	92.071,52	82.249,17
05 - Defesa Nacional	**135.547,00**	**0,00**	**135.547,00**	**42.678,58**	**92.868,42**	**37.124,64**	**5.553,94**
153 - Defesa Terrestre	135.547,00	0,00	135.547,00	42.678,58	92.868,42	37.124,64	5.553,94
06 - Segurança Pública	**993.783,00**	**-125.000,00**	**868.783,00**	**567.301,01**	**301.481,99**	**314.916,08**	**252.384,93**
181 - Policiamento	993.783,00	-125.000,00	868.783,00	567.301,01	301.481,99	314.916,08	252.384,93
08 - Assistência Social	**3.267.328,40**	**-15.438,05**	**3.251.890,35**	**1.821.795,02**	**1.430.095,33**	**1.124.037,43**	**697.757,59**
241 - Assistência à Pessoa Idosa	119.880,00	0,00	119.880,00	30.189,46	89.690,54	23.038,28	7.151,18
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	506.880,00	-10.000,00	496.880,00	236.716,74	260.163,26	180.039,08	56.677,66
244 - Assistência Comunitária	2.640.568,40	-5.438,05	2.635.130,35	1.554.888,82	1.080.241,53	920.960,07	633.928,75
09 - Previdência Social	**60.000,00**	**0,00**	**60.000,00**	**24.582,12**	**35.417,88**	**24.582,12**	**0,00**
271 - Previdência Básica	60.000,00	0,00	60.000,00	24.582,12	35.417,88	24.582,12	0,00
10 - Saúde	**20.624.162,57**	**-615.612,38**	**20.008.550,19**	**12.530.143,20**	**7.478.406,99**	**7.783.872,36**	**4.746.270,84**
301 - Atenção Básica	19.670.160,73	-615.612,38	19.054.548,35	12.058.543,64	6.996.004,71	7.422.358,50	4.636.185,14
304 - Vigilância Sanitária	954.001,84	0,00	954.001,84	471.599,56	482.402,28	361.513,86	110.085,70
12 - Educação	**17.194.206,60**	**651.700,00**	**17.845.906,60**	**11.437.272,89**	**6.408.633,71**	**7.774.753,93**	**3.662.518,96**
306 - Alimentação e Nutrição	2.560.018,00	201.700,00	2.761.718,00	1.273.285,37	1.488.432,63	1.085.100,70	188.184,67
361 - Ensino Fundamental	6.209.890,00	290.000,00	6.499.890,00	4.567.541,43	1.932.348,57	3.028.521,81	1.539.019,62
362 - Ensino Médio	487.733,20	-150.000,00	337.733,20	10.272,22	327.460,98	10.272,22	0,00
364 - Ensino Superior	450.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00	275.485,18	174.514,82
365 - Ensino Infantil	7.486.565,40	310.000,00	7.796.565,40	5.136.173,87	2.660.391,53	3.375.374,02	1.760.799,85
13 - Cultura	**1.581.830,00**	**366.100,67**	**1.947.930,67**	**798.420,95**	**1.149.509,72**	**710.280,65**	**88.140,30**

Governo do Municipio de Torrinha

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função e Subfunção

LRF, ART. 52, INCISO II, ALÍNEA "C"

Período: 3º Bimestre / 2025 Município: TORRINHA

Função SubFunção	Dotação Inicial	Créditos Adic./Anulações	Dotação Atualizada	Empenhadas até o Bimestre	Saldo a Empenhar	Liquidadas até o Bimestre	Saldo a Liquidar
392 - Difusão Cultural	128.000,00	-7.000,00	121.000,00	61.968,51	59.031,49	49.419,90	12.548,61
695 - Turismo	1.453.830,00	373.100,67	1.826.930,67	736.452,44	1.090.478,23	660.860,75	75.591,69
15 - Urbanismo	**433.520,00**	**0,00**	**433.520,00**	**140.962,51**	**292.557,49**	**122.899,72**	**18.062,79**
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	433.520,00	0,00	433.520,00	140.962,51	292.557,49	122.899,72	18.062,79
17 - Saneamento	**755.930,00**	**1.390.000,00**	**2.145.930,00**	**1.920.483,31**	**225.446,69**	**563.134,91**	**1.357.348,40**
512 - Saneamento Básico Urbano	755.930,00	1.390.000,00	2.145.930,00	1.920.483,31	225.446,69	563.134,91	1.357.348,40
20 - Agricultura	**609.122,80**	**50.000,00**	**659.122,80**	**231.144,69**	**427.978,11**	**183.470,06**	**47.674,63**
541 - Preservação e Conservação Ambiental	609.122,80	50.000,00	659.122,80	231.144,69	427.978,11	183.470,06	47.674,63
28 - Encargos Especiais	**600.000,00**	**80.000,00**	**680.000,00**	**680.000,00**	**0,00**	**405.500,66**	**274.499,34**
846 - Outros Encargos Especiais	600.000,00	80.000,00	680.000,00	680.000,00	0,00	405.500,66	274.499,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**61.876.752,39**	**1.694.813,81**	**63.571.566,20**	**37.883.775,18**	**25.687.791,02**	**24.654.048,67**	**13.229.726,51**

Governo do Municipio de Torrinha

Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida - R.C.L.

Período: 3º Bimestre / 2025 — Município: TORRINHA

Evolução da Receita Realizada nos Últimos Doze Meses

RECEITAS CORRENTES

Especificação	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	Total
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE M	923.698,45	670.875,43	624.166,97	653.342,61	668.887,87	556.620,23	456.455,62	481.338,27	444.145,97	1.149.910,61	1.425.853,81	776.556,90	**8.831.852,74**
CONTRIBUIÇÕES	59.877,30	60.266,23	60.380,21	55.769,48	60.575,18	56.738,66	57.582,81	61.344,80	55.107,66	60.213,63	65.854,96	62.340,77	**716.051,69**
RECEITA PATRIMONIAL	73.879,54	71.632,80	64.039,45	80.289,58	46.885,98	56.712,39	48.473,01	54.939,43	55.373,20	59.458,01	72.669,34	72.952,27	**757.305,00**
RECEITA DE SERVIÇOS	3.846,04	6.723,66	3.288,23	7.158,89	2.934,85	1.836,10	4.022,56	3.038,35	6.098,85	14.005,28	4.263,93	5.893,03	**63.109,77**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.720.573,40	3.707.549,92	3.513.911,08	4.440.137,09	3.632.378,21	5.392.008,47	4.635.864,34	4.812.442,55	4.196.705,53	4.315.254,33	4.432.977,81	3.965.311,52	**52.765.114,25**
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.694,48	435,36	463,72	1.425,32	1.735,35	435,36	1.750,80	8.465,60	14.981,36	1.413,24	5.382,40	731,80	**55.914,79**
TOTAL RECEITAS CORRENTES	**6.800.569,21**	**4.517.483,40**	**4.266.249,66**	**5.238.122,97**	**4.413.397,44**	**6.064.351,21**	**5.204.149,14**	**5.421.569,00**	**4.772.412,57**	**5.600.255,10**	**6.007.002,25**	**4.883.786,29**	**63.189.348,24**

DEDUÇÕES

Especificação	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	Total
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	536.075,78	530.013,12	441.946,96	663.454,52	573.817,30	678.999,69	760.525,97	744.493,41	608.611,60	625.135,50	666.945,93	563.407,36	7.393.427,14
TOTAL DE DEDUÇÕES	**536.075,78**	**530.013,12**	**441.946,96**	**663.454,52**	**573.817,30**	**678.999,69**	**760.525,97**	**744.493,41**	**608.611,60**	**625.135,50**	**666.945,93**	**563.407,36**	**7.393.427,14**

Receita Corrente Líquida													**55.795.921,10**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Cálculo dos Limites de Endividamento													**55.795.921,10**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022)													**189.920,00**
Receita Corrente Líquida Ajustada p/ Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal													**55.795.921,10**

Grupo Assessor Público® 14/07/2025 14:04 Usuário: RICARDO Página 1 de 1

Governo do Municipio de Torrinha

Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias

Período: 3º Bimestre / 2025 Município: TORRINHA

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Previstas até o Bimestre	Realizadas até o Bimestre
RECEITAS CORRENTES (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receitas de Contribuições	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Patrimonial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contribuição Patronal do Exercício	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contribuição Patronal Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital Intraorçamentária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Intraorçamentárias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA IV	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTROS APORTES FINANCEIROS AO RPPS (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VII) = (I+II+III+V+VI) - IV	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhadas até o Bimestre	Liquidadas até o Bimestre
ADMINISTRAÇÃO (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Aposentadorias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pensões	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outros Benefícios Previdenciários	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Despesas Previdenciárias	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensações a Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (SUPERÁVIT PREVISTO NO ORÇAMENTO) (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X)=(VII+VIII+IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VII - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Governo do Municipio de Torrinha

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - EXCETO ÓRGÃO DE PREVIDÊNCIA

Período: 3º Bimestre / 2025 Município: TORRINHA

	Saldo em 12/2024	Saldo em 04/2025	Saldo em 06/2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	**5.535.624,70**	**5.535.624,70**	**5.524.652,48**
DEDUÇÕES (II)[1]	**3.390.207,50**	**6.681.209,73**	**6.934.813,33**
Ativo Disponível	5.983.315,57	7.517.312,81	7.799.444,76
Haveres Financeiros	52.833,60	53.875,64	56.086,76
(-) Restos a Pagar Processados	-1.854.777,48	-147.170,34	-147.170,34
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	791.164,19	742.808,38	773.547,85
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	**2.145.417,20**	**-1.145.585,03**	**-1.410.160,85**
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	**2.145.417,20**	**-1.145.585,03**	**-1.410.160,85**

	Período de Referência	
	No Bimestre	**de 01/2025 a 6/2025**
RESULTADO NOMINAL	**-264.575,82**	**-3.555.578,05**

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO	**0,00**

Governo do Municipio de Torrinha

Demonstrativo do Resultado Primário

Periodo: 3º Bimestre / 2025 Município: TORRINHA

RECEITAS FISCAIS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas Realizadas até o Bimestre
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	**69.305.517,05**	**69.924.035,42**	**31.525.309,09**
Receita Tributária	10.286.000,00	10.286.000,00	4.734.261,18
Receita de Contribuição	960.000,00	960.000,00	362.444,63
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	960.000,00	960.000,00	362.444,63
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	787.235,34	787.235,34	363.865,26
(-) Aplicações Financeiras	787.235,34	787.235,34	363.865,26
Transferências Correntes	57.764.217,05	58.382.735,42	26.358.556,08
Demais Receitas Correntes	295.300,00	295.300,00	70.047,20
Diversas Receitas Correntes	295.300,00	295.300,00	70.047,20
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**0,00**	**880.000,00**	**0,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (V)	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VI)	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	880.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	880.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)=(II-III-IV-V-VI)	**0,00**	**880.000,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	**8.216.000,00**	**8.216.000,00**	**3.969.119,77**
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(I+VII-VIII)	**61.089.517,05**	**62.588.035,42**	**27.556.189,32**

DESPESAS FISCAIS	Dotação Anual Inicial	Dotação Anual Atualizada	Despesas Líquidas até o Bimestre
DESPESAS CORRENTES (X)	**58.600.324,84**	**61.406.438,65**	**24.617.641,45**
Pessoal e Encargos Sociais	23.860.557,31	23.787.037,31	11.227.837,34
Juros e Encargos da Dívida (XI)	216.000,00	216.000,00	131.486,50
Outras Despesas Correntes	34.523.767,53	37.403.401,34	13.258.317,61
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	**58.384.324,84**	**61.190.438,65**	**24.486.154,95**
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	**3.176.427,55**	**2.065.127,55**	**36.407,22**
Investimentos	3.176.427,55	1.985.127,55	25.435,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XIV)	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV)	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	0,00	80.000,00	10.972,22
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-XV-XVI)	**3.176.427,55**	**1.985.127,55**	**25.435,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX)=(XII+XVII+XVIII)	**61.660.752,39**	**63.275.566,20**	**24.511.589,95**

RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	**-571.235,34**	**-687.530,78**	**3.044.599,37**
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Governo do Municipio de Torrinha

Demonstrativo de Restos a Pagar

Periodo: 3º Bimestre / 2025 Município: TORRINHA

Fonte Recurso Cód. Aplicação	Saldo Exerc. Anteriores		Movimentação até o Bimestre					Inscr. ao Final do Exerc.		Saldo até o Bimestre	
				Pagamento		Cancelamentos					
	Proces. (a)	Não Proces. (b)	Liquidação (c)	Proces. (d)	Não Proces. (e)	Proces. (f)	Não Proces. (g)	Proces. (h)	Não Proces. (i)	Proces. (a-d-f+h)	Não Proces. (b-e-g+i)
PODER EXECUTIVO	**1.807.591,88**	**1.153.857,46**	**489.249,20**	**1.698.941,54**	**497.914,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**108.650,34**	**655.942,66**
ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL	**1.807.591,88**	**1.153.857,46**	**489.249,20**	**1.698.941,54**	**497.914,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**108.650,34**	**655.942,66**
01 - Tesouro	**1.414.647,06**	**311.538,84**	**179.020,28**	**1.310.367,72**	**183.261,76**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**104.279,34**	**128.277,08**
1000079 - PASEP	25.963,14	0,00	0,00	25.679,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283,67	0,00
1000122 - CIP - Contribuição de Iluminação Pública	2.812,23	0,00	0,00	2.812,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000129 - REVITALIZAÇÃO REFORMA CASA CUL	0,00	22.189,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.189,45
1000132 - R.P.V - Requisitóro de Pequeno Valor	83,06	0,00	0,00	83,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000156 - Contrapartida Ciclovias.	0,00	17.962,79	0,00	0,00	6.686,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.275,91
1000159 - Ticket Alimentação	62.545,42	0,00	0,00	62.545,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000212 - BANCOS ESTILO COLONIAL - E.I - 2024	8.500,00	0,00	0,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000225 - Travessa Rio Pinheirinho - Contrapartida.	34.598,69	0,00	0,00	34.598,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1100000 - Geral	715.623,88	164.778,19	136.625,55	615.643,11	133.968,55	0,00	0,00	0,00	0,00	99.980,77	30.809,64
1110000 - Remuneração de Aplicações Financeiras	1.276,09	0,00	0,00	1.276,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2100000 - Educação Infantil	54.167,01	0,00	0,00	53.907,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00
2100159 - Ticket Alimentação	43.385,18	0,00	0,00	43.385,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2200000 - Ensino Fundamental	58.305,79	1.400,00	0,00	58.305,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
2200159 - Ticket Alimentação	38.332,18	0,00	0,00	38.332,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3000075 - CONSTRUÇÃO UBS SANTA ELISA	0,00	54.410,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.410,21
3000076 - REFORMA UNIDADE BÁSICA SAÚDE 2(	0,00	6.219,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.219,43
3000159 - Ticket Alimentação	51.677,03	0,00	0,00	51.677,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3100000 - Saúde - Geral	259.918,39	43.811,45	42.394,73	259.918,39	42.394,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.416,72
5000027 - Contrap. APAE - PPD Federal	67,50	0,00	0,00	67,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5000045 - APROCAB - Próprio	16.611,00	0,00	0,00	16.611,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5000060 - Ticket Alimentação	12.316,59	0,00	0,00	12.316,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5100000 - Assistência Social - Geral	28.463,88	767,32	0,00	24.708,98	211,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.754,90	555,72
02 - Transf e Conv Estaduais-Vinculados	**222.760,75**	**687.194,29**	**217.569,10**	**222.760,75**	**221.993,22**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**465.201,07**
1000080 - MIT - MUNICIPIO DE INTERESSE TURIS	0,00	238.318,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238.318,00
1000140 - GaleriasConvênio 101355/2021	0,00	33.751,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.751,30
1000169 - Ciclovias	0,00	4.424,12	0,00	0,00	4.424,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000189 - CIDADANIA NO CAMPO-MUNICIPIO AG	29.944,30	0,00	0,00	29.944,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000232 - EMENDA PARLAMENTAR 2024-052-574	0,00	3.588,01	3.588,01	0,00	3.588,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1110000 - Remuneração de Aplicações Financeiras	146.943,01	0,00	0,00	146.943,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2100013 - Creche Vila Fiorini	0,00	407.112,86	213.981,09	0,00	213.981,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.131,77
3000161 - AÇÕES VIGILÂNCIA EM SAÚDE	22.932,60	0,00	0,00	22.932,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Grupo Assessor Público® 14/07/2025 14:05 Usuário: RICARDO Página 1 de 2

Governo do Municipio de Torrinha

Demonstrativo de Restos a Pagar

Periodo: 3º Bimestre / 2025 Município: TORRINHA

Fonte Recurso Cód. Aplicação	Saldo Exerc. Anteriores		Movimentação até o Bimestre					Inscr. ao Final do Exerc.		Saldo até o Bimestre	
				Pagamento		Cancelamentos					
	Proces. (a)	Não Proces. (b)	Liquidação (c)	Proces. (d)	Não Proces. (e)	Proces. (f)	Não Proces. (g)	Proces. (h)	Não Proces. (i)	Proces. (a-d-f+h)	Não Proces. (b-e-g+i)
3010022 - PAB - IGM SUS PAULISTA	22.940,84	0,00	0,00	22.940,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 - Transferências e Convênios Federais-Vinculad	**170.184,07**	**155.124,33**	**92.659,82**	**165.813,07**	**92.659,82**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.371,00**	**62.464,51**
1000231 - POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC - PI	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1100000 - Geral	0,00	15.603,84	15.603,84	0,00	15.603,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000001 - Qese Federal	9.106,65	77.126,96	52.582,45	4.735,65	52.582,45	0,00	0,00	0,00	0,00	4.371,00	24.544,51
2200006 - Mobiliario PAR	0,00	33.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.920,00
2610000 - Educação FUNDEB - Magitério / Profissio	146.187,81	0,00	0,00	146.187,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2620000 - Educação - FUNDEB - Outros	9.900,48	0,00	0,00	9.900,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3000028 - Programa de Assistência Farmacêutica Bá	227,82	0,00	0,00	227,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5000019 - APAE - PPD Federal	1.649,06	824,53	824,53	1.649,06	824,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5000026 - Convênio CRAS	3.112,25	7.220,00	7.220,00	3.112,25	7.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5000036 - IGD - PBF	0,00	16.429,00	16.429,00	0,00	16.429,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**41.826,00**	**41.826,00**	**0,00**	**41.826,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
ORGÃO: CAMARA	**0,00**	**41.826,00**	**41.826,00**	**0,00**	**41.826,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
01 - Tesouro	**0,00**	**41.826,00**	**41.826,00**	**0,00**	**41.826,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1100000 - Geral	0,00	41.826,00	41.826,00	0,00	41.826,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	**1.807.591,88**	**1.195.683,46**	**531.075,20**	**1.698.941,54**	**539.740,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**108.650,34**	**655.942,66**

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE TORRINHA

Conforme Lei Municipal nº 1.870, de 21 de maio de 2021

Terça-feira, 15 de julho de 2025 | **Ano V | Edição nº 961** | **Página 28 de 28**

Governo do Municipio de Torrinha

Relatório das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Periodo: 3º Bimestre / 2025 — Município: TORRINHA

Órgão / Fonte Recurso	Operações de Crédito					Despesa de Capital			
	Previsão Atualizada	Realizadas				Dotação Atualizada	Realizadas		
		Internas (I)	Externas (II)	A.R.O. (III)	Total (I + II + III)		Empenhadas	Liquidadas	Pagas
-	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.176.427,55**	**107.235,00**	**36.407,22**	**12.557,22**
01 - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.505.073,00	107.235,00	36.407,22	12.557,22
05 - Transferências e Convênios Federais-Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.508.500,00	0,00	0,00	0,00
08 - Emendas Parlamentares Individuais - Legislativo Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.854,55	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.176.427,55**	**107.235,00**	**36.407,22**	**12.557,22**